

# RENATO MONTANS DE SÁ

Mestre em Direito Processual Civil pela PUCSP. Membro efetivo do Centro de Estudos Avançados de Processo (CEAPRO) e da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDpro). Professor de Pós-graduação em Direito Processual Civil na Escola Superior da Advocacia (ESA), na Escola Paulista de Direito (EPD) e na Universidade Candido Mendes (ATAME). Professor de Direito Processual Civil e Prática Forense na Rede de Ensino LFG. Advogado e Consultor.

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2ª edição

2ª tiragem

2016

 **Editora  
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SAC: 0800 011 7875  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
 www.editorasaraiva.com.br/contato

*Direção editorial* Flávia Alves Bravin  
*Gerência de concursos* Roberto Navarro  
*Editoria de conteúdo* Iris Ferrão  
*Assistência editorial* Thiago Fraga  
 Verônica Pivisan Reis

*Coordenação geral* Clarissa Boraschi Maria  
*Preparação de originais* Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e  
 Ana Cristina Garcia (coords.)  
 Liana Ganiko Brito Catenacci  
 Luciano Cordeiro Shirakawa

*Projeto gráfico* Lais Soriano  
*Arte e diagramação* Edson Colobone  
*Revisão de provas* Bernardete de Souza Maurício  
 Maria de Lourdes Appas  
*Serviços editoriais* Elaine Cristina da Silva  
 Kelli Priscila Pinto  
 Tiago Dela Rosa

*Capa* Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

*Produção gráfica* Marli Rampim  
*Impressão* Ed.Loyola  
*Acabamento* Ed.Loyola

ISBN 978-85-472-0321-4

Sá, Renato Montans de  
**Manual de direito processual civil** / Renato Montans  
 de Sá. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2016.

1. Processo civil. 2. Processo civil - Brasil I. Título.

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil	347.9
2. Processo civil : Direito civil	347.9

**Data de fechamento da edição: 10-3-2016**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

135.922.002.002

971633

7021907

---

# SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> .....	43
-----------------------	----

## PARTE GERAL • TEORIA GERAL DO PROCESSO

<b>1. PRINCÍPIOS</b> .....	47
1.1. Introdução .....	47
1.2. Princípio do devido processo legal.....	49
1.3. Princípio da isonomia (paridade ou igualdade de armas) .....	52
1.3.1. Consumidor .....	52
1.3.2. Fazenda Pública e Ministério Público .....	53
1.3.3. A regra do art. 72 do CPC/2015.....	55
1.3.4. Idoso e enfermo .....	55
1.3.5. Ordem cronológica dos processos .....	56
1.4. Princípio do contraditório e da ampla defesa .....	56
1.4.1. Julgamento antecipado do mérito (total ou parcial).....	57
1.4.2. Inquérito policial e inquérito civil .....	58
1.4.3. Execução (processo ou fase).....	58
1.4.4. A advertência do art. 250 do CPC/2015 .....	58
1.4.5. Liminar .....	59
1.4.6. Matérias cognoscíveis de ofício e a terceira vertente do princípio do contraditório.....	59
1.4.7. Multas sancionatórias.....	60
1.5. Princípio da inafastabilidade da jurisdição (ubiquidade).....	60

1.5.1. Juízo de admissibilidade e demais exigências processuais .....	63
1.5.2. Arbitragem.....	64
1.6. Princípio do juiz e do promotor natural.....	64
1.7. Princípio da publicidade.....	66
1.8. Princípio da motivação (o dever de fundamentar as decisões judiciais) ..	67
1.9. Princípio da duração razoável do processo (celeridade).....	71
1.10. Princípio da eficiência .....	73
1.11. Princípio da probidade processual (boa-fé) .....	74
1.12. Princípio da cooperação .....	75
1.13. Inércia.....	76
<b>2. JURISDIÇÃO</b> .....	77
2.1. Introdução .....	77
2.2. A jurisdição na tripartição de poderes .....	78
2.3. Definição e noções gerais.....	79
2.4. Teorias sobre a jurisdição – introdução.....	80
2.5. Atividade judicial criativa.....	82
2.6. Funções da jurisdição.....	83
2.7. Classificação da jurisdição.....	84
2.8. Características .....	84
2.8.1. Substitutividade .....	84
2.8.2. Imperatividade .....	85
2.8.3. Imutabilidade (definitividade) .....	85
2.8.4. Inafastabilidade .....	86
2.8.5. Indelegabilidade .....	86
2.8.6. Inércia .....	87
2.8.7. Investidura .....	88
2.8.8. Aderência ao território .....	88
2.8.9. Unidade .....	88
2.8.10. Imparcialidade .....	88
2.9. Jurisdição contenciosa e voluntária.....	89
2.10. Jurisdição de direito e por equidade .....	93
2.11. Formas alternativas de composição de conflitos .....	93
2.12. Ordem cronológica de julgamento <i>ope legis</i> .....	95

2.12.1. Introdução .....	95
2.12.2. Posicionamento doutrinário sobre o tema .....	96
2.12.2.1. Posicionamento contrário.....	96
2.12.2.2. Posicionamento favorável.....	98
2.12.3. Exceções .....	98
2.12.4. Conclusão .....	99
<b>3. AÇÃO .....</b>	<b>100</b>
3.1. Introdução .....	100
3.2. Teorias sobre a ação.....	100
3.2.1. Teoria imanentista (clássica, civilista) .....	100
3.2.2. Teoria concreta .....	101
3.2.3. Teoria abstrata .....	102
3.2.4. Teoria eclética.....	102
3.2.5. Teorias sobre as condições da ação (momento de sua verificação) – Asserção <i>versus</i> apresentação .....	106
3.2.5.1. Condições da ação .....	108
3.2.5.1.1. Interesse de agir .....	111
3.2.5.1.2. Legitimidade de parte.....	113
3.2.5.2. Carência de ação superveniente e preenchimento das condições no curso do processo (contemporaneidade entre as condições da ação e o julgamento de mérito) – Carência ou improcedência?.....	114
3.3. Conceito de ação .....	115
3.4. Elementos da ação.....	117
3.4.1. Introdução .....	117
3.4.2. Dimensão objetiva da demanda .....	118
3.4.2.1. Introdução .....	118
3.4.2.2. Causa de pedir .....	119
3.4.2.2.1. Introdução .....	119
3.4.2.2.2. Causa de pedir e o objeto litigioso.....	119
3.4.2.2.3. Conceito da causa de pedir .....	123
3.4.2.2.3.1. Fatos constitutivos (causa de pedir remota).....	128
3.4.2.2.3.2. Fundamento jurídico (causa de pedir próxima).....	130
3.4.2.2.4. Causa de pedir passiva e ativa.....	132

3.4.2.3. Pedido .....	133
3.4.3. Dimensão subjetiva da demanda .....	133
3.4.3.1. Partes .....	133
<b>4. PROCESSO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>134</b>
4.1. Histórico do processo .....	134
4.2. Conceito de processo.....	136
4.3. Pressupostos processuais .....	137
4.3.1. Introdução .....	137
4.3.2. Classificação dos pressupostos processuais.....	139
4.3.2.1. Positivos .....	139
4.3.2.1.1. Pressupostos processuais de existência do processo .....	139
4.3.2.1.1.1. Demanda .....	139
4.3.2.1.1.2. Jurisdição.....	139
4.3.2.1.1.3. Citação .....	140
4.3.2.1.2. Pressupostos processuais de desenvolvimento (validade) do processo .....	141
4.3.2.1.2.1. Petição inicial apta.....	141
4.3.2.1.2.2. Competência do juízo e imparcialidade do juiz .....	142
4.3.2.1.2.3. Citação válida.....	142
4.3.2.1.2.4. Capacidade postulatória .....	143
4.3.2.1.2.5. Legitimação para o processo .....	144
4.3.2.2. Pressupostos negativos.....	144
4.3.2.2.1. Perempção .....	145
4.3.2.2.2. Litispendência .....	145
4.3.2.2.3. Coisa julgada.....	145
4.3.2.2.4. Compromisso arbitral .....	145
<b>5. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>146</b>
5.1. Conceito.....	146
5.2. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (CPC/2015, art. 43) .....	147
5.3. (in)Competência absoluta × (in)Competência relativa.....	148
5.4. Critérios de competência .....	150
5.4.1. Competência internacional.....	151

5.4.2. Competência interna.....	153
5.4.3. Competência originária dos tribunais.....	156
5.4.4. Competência das justiças especiais.....	156
5.4.5. Competência da justiça comum.....	156
5.4.6. Competência de foro.....	157
5.4.7. Competência de juízo.....	161
5.5. Da cooperação nacional.....	162
5.6. Dinâmica da competência (modificação da competência).....	162
5.7. Conflito de competência.....	167
<b>6. SUJEITOS DO PROCESSO.....</b>	<b>169</b>
6.1. Partes.....	169
6.1.1. Definição.....	169
6.1.2. Legitimação.....	170
6.1.2.1. Legitimação processual (capacidade para o processo).....	170
6.1.2.1.1. Capacidade da pessoa física.....	170
6.1.2.1.1.1. Capacidade de ser parte.....	171
6.1.2.1.1.2. Capacidade de estar em juízo.....	171
6.1.2.1.1.3. Capacidade postulatória.....	172
6.1.2.1.1.3.1. Sucessão do procurador.....	174
6.1.2.1.2. Capacidade da pessoa jurídica (e outros entes).....	174
6.1.2.1.3. Capacidade especial (cônjuges).....	175
6.1.2.1.3.1. Como réus (litisconsórcio necessário).....	175
6.1.2.1.3.2. Cônjuges como autores (integração da capacidade subjetiva)..	176
6.1.2.1.3.3. Forma de consentimento.....	178
6.1.2.1.3.4. Suprimento de outorga.....	178
6.1.2.1.4. Controle da capacidade.....	178
6.1.2.2. Legitimação para a causa.....	179
6.1.2.2.1. Legitimação ordinária.....	179
6.1.2.2.2. Legitimação extraordinária.....	180
6.1.2.2.2.1. Representação.....	181
6.1.2.2.2.1.1. Introdução.....	181
6.1.2.2.2.1.2. Curador especial (CPC/2015, art. 72).....	182
6.1.2.2.2.2. Da sucessão processual (CPC/2015, arts. 108 a 112).....	183

6.1.3. Deveres das partes e dos procuradores .....	185
6.1.3.1. Introdução .....	185
6.1.3.2. Responsabilidade pelos danos processuais (CPC/2015, arts. 77 a 81) .....	185
6.1.3.3. Responsabilidade pelas despesas processuais (CPC/2015, arts. 82 a 97) .....	187
6.1.4. Da gratuidade da justiça (assistência judiciária).....	192
6.2. Litisconsórcio .....	195
6.2.1. Introdução .....	195
6.2.2. Litisconsórcio multitudinário .....	196
6.2.3. Classificação do litisconsórcio .....	197
6.2.3.1. Quanto à posição do litisconsorte .....	197
6.2.3.2. Quanto ao momento de sua formação .....	198
6.2.3.3. Quanto à uniformidade da decisão.....	200
6.2.3.4. Quanto à obrigatoriedade do litisconsórcio.....	201
6.2.4. Ausência do litisconsorte no processo .....	202
6.2.5. Problemas do litisconsórcio ativo necessário.....	203
6.2.6. Cabimento do litisconsórcio .....	204
6.2.7. Questões processuais pertinentes .....	205
6.2.8. Demais modalidades de litisconsórcio: eventual, alternativo e sucessivo.	207
6.3. Intervenção de terceiros .....	208
6.3.1. Por uma teoria geral das intervenções de terceiro.....	208
6.3.1.1. Introdução .....	208
6.3.2. Conceituação de terceiro.....	209
6.3.3. Classificação de terceiros .....	209
6.3.4. Sistematização das intervenções de terceiro.....	210
6.3.5. Assistência.....	211
6.3.5.1. Assistência simples.....	212
6.3.5.2. Assistência litisconsorcial.....	213
6.3.5.3. Poderes do assistente.....	213
6.3.5.4. Efeitos da sentença.....	215
6.3.5.5. Procedimento .....	216
6.3.6. Denúnciação da lide.....	217
6.3.6.1. Introdução .....	217
6.3.6.2. Hipóteses de cabimento .....	218

6.3.6.3. Ampliação do objeto litigioso na denunciação.....	220
6.3.6.4. Obrigatoriedade da denunciação da lide .....	221
6.3.6.5. Litisdenunciação sucessiva e denunciação <i>per saltum</i> .....	222
6.3.6.6. Procedimento .....	223
6.3.7. Chamamento ao processo .....	226
6.3.7.1. Introdução .....	226
6.3.7.2. Cabimento .....	228
6.3.8. Intervenção anômala da União .....	230
6.3.9. Do <i>amicus curiae</i> .....	232
6.3.9.1. Introdução .....	232
6.3.9.2. Natureza jurídica .....	232
6.3.9.3. Regulamentação normativa.....	233
6.3.9.4. Procedimento .....	233
6.3.10. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	234
6.3.10.1. Direito material.....	234
6.3.10.2. Direito processual.....	235
<b>7. ATOS PROCESSUAIS</b> .....	<b>237</b>
7.1. Introdução .....	237
7.2. Ato processual .....	238
7.3. Princípios inerentes aos atos processuais .....	240
7.4. Classificação dos atos processuais.....	245
7.5. Forma dos atos processuais .....	249
7.5.1. Do tempo e do lugar.....	249
7.5.2. Dos prazos .....	250
7.5.2.1. Definição .....	250
7.5.2.2. Contagem do prazo.....	252
7.5.2.3. Dinâmica dos prazos.....	253
7.6. Preclusão .....	256
7.6.1. Introdução .....	256
7.6.2. Classificação .....	257
7.6.3. Distinção com outras figuras.....	258
7.6.4. Preclusão judicial .....	259
7.7. Comunicação dos atos processuais .....	260

7.7.1. Citação .....	260
7.7.1.1. Definição .....	260
7.7.1.2. Citação direta e indireta .....	260
7.7.1.2.1. Teoria da aparência.....	262
7.7.1.3. Momento da citação .....	262
7.7.1.4. Efeitos da citação.....	263
7.7.1.5. Ônus da parte em promover a citação .....	265
7.7.1.6. Modalidades de citação.....	266
7.7.1.6.1. Citação pelo correio.....	267
7.7.1.6.2. Citação por mandado (oficial de justiça).....	267
7.7.1.6.3. Citação por edital.....	268
7.7.1.6.3.1. Citação por edital decorrente da lei (CPC/2015, art. 259).....	269
7.7.1.6.4. Citação por hora certa .....	270
7.7.2. Das intimações .....	270
7.7.2.1. Introdução .....	270
7.7.2.2. Modalidades de intimação.....	271
7.7.3. Das cartas .....	272
7.8. Processo eletrônico .....	275
<b>8. INVALIDADES PROCESSUAIS (O SISTEMA DAS NULIDADES PROCESSUAIS) ..</b>	<b>279</b>
8.1. Introdução: o ato processual .....	279
8.2. A teoria das invalidades .....	279
8.3. Princípios ligados às invalidades.....	281
8.4. Existência, validade e eficácia.....	282
8.5. Classificação .....	283
8.6. Sobre a apreciação das invalidades em sede de recurso especial e extra-ordinário.....	287
8.7. Especificamente sobre o Ministério Público.....	288
8.8. Efeitos da decretação de nulidade.....	288
<b>9. DA TUTELA PROVISÓRIA (DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA) .....</b>	<b>290</b>
9.1. Introdução .....	290
9.2. Regras gerais.....	290

9.3. Tutela provisória de urgência.....	294
9.3.1. Introdução.....	294
9.3.2. Requisitos para sua concessão.....	295
9.3.3. Irreversibilidade.....	298
9.3.4. Responsabilidade objetiva.....	300
9.3.5. Modalidades.....	301
9.3.5.1. Tutela antecipada.....	301
9.3.5.1.1. Histórico e definição.....	301
9.3.5.1.2. Procedimento.....	303
9.3.5.1.3. Estabilização da tutela antecipada.....	304
9.3.5.2. Tutela cautelar.....	307
9.3.5.2.1. Introdução.....	307
9.3.5.2.2. Características.....	307
9.3.5.2.2. Procedimento.....	311
9.4. Tutela de evidência.....	312
9.4.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (a denominada tutela de evidência "punitiva" ou "sancionatória").....	313
9.4.2. Alegações de fato que puderem ser comprovadas apenas documental- mente e quando houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante (tutela de evidência fática + jurídica).....	314
9.4.3. Pedido reipersecutório fundado em prova documental em contrato de depósito (tutela de evidência fundada em contrato de depósito).....	315
9.4.4. Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos cons- titutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável (tutela de evidência fática).....	315
<b>10. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....</b>	<b>317</b>
10.1. Formação do processo.....	317
10.2. Suspensão do processo.....	318
10.2.1. Introdução.....	318
10.2.2. Causas de suspensão do processo.....	319
10.2.2.1. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.....	319
10.2.2.2. Convenção das partes.....	319
10.2.2.3. Arguição de impedimento e suspeição.....	319

10.2.2.4. Pela admissão do incidente de demandas repetitivas .....	320
10.2.2.5. Questões externas.....	320
10.2.2.6. Força maior.....	321
10.2.2.7. Demais casos.....	321
10.2.3. Prática de atos durante a suspensão.....	321
10.2.4. Suspensão para apuração de fato criminal.....	321
10.3. Extinção do processo .....	322
10.3.1. Extinção do processo sem resolução de mérito (CPC/2015, art. 485)....	322
10.3.1.1. Indeferimento da petição inicial (inciso I).....	323
10.3.1.2. Abandono da causa pelas partes (inciso II).....	324
10.3.1.3. Abandono da causa pelo autor (inciso III) .....	324
10.3.1.4. Falta de pressupostos processuais (inciso IV) .....	325
10.3.1.5. Perempção, litispendência e coisa julgada (inciso V) .....	325
10.3.1.6. Carência de ação [ausência de legitimidade ou interesse processual] (inciso VI) .....	326
10.3.1.7. Convenção de arbitragem (inciso VII).....	327
10.3.1.8. Desistência da ação (inciso VIII).....	327
10.3.1.9. Ação intransmissível (inciso IX).....	328
10.3.1.10. Demais casos em lei.....	328
10.3.2. Extinção do processo com resolução de mérito (CPC/2015, art. 487)....	329
10.3.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido formulado na ação ou na recon- venção (inciso I) .....	329
10.3.2.2. Prescrição e decadência (inciso II).....	330
10.3.2.3. Reconhecimento jurídico do pedido (inciso III, <i>a</i> ).....	330
10.3.2.4. Transação (inciso III, <i>b</i> ).....	331
10.3.2.5. Renúncia à pretensão (inciso III, <i>c</i> ).....	331

## **PARTE ESPECIAL • PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM**

<b>1. PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>335</b>
1.1. Introdução .....	335
1.2. Requisitos (elementos) da petição inicial.....	336
1.2.1. O juízo a que é dirigida .....	337

1.2.2. Qualificação das partes.....	337
1.2.3. O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	338
1.2.4. O pedido com suas especificações .....	339
1.2.4.1. Formalização do pedido.....	340
1.2.4.2. Espécies de pedido .....	344
1.2.4.3. Estabilização da demanda .....	352
1.2.5. Valor da causa.....	356
1.2.6. Provas com que se pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados ..	358
1.2.7. A opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação .....	359
1.3. Controle de admissibilidade da petição inicial .....	359
1.3.1. Hipóteses de indeferimento.....	361
1.4. Especificamente sobre o julgamento liminar do pedido.....	362
1.4.1. Introdução .....	362
1.4.2. Requisitos .....	364
<b>2. MODALIDADES DE RESPOSTA .....</b>	<b>366</b>
2.1. Teoria geral das respostas.....	366
2.2. Exceção, objeção, substancial, processual.....	367
2.3. Contestação .....	368
2.3.1. Introdução .....	368
2.3.2. Princípios da contestação .....	369
2.3.3. Efeitos da contestação .....	373
2.3.4. Estrutura lógica da contestação.....	373
2.3.4.1. Preliminares .....	374
2.3.4.2. Mérito .....	378
2.3.5. Da alegação de incompetência.....	380
2.3.6. Da alegação de ilegitimidade.....	381
2.4. Reconvenção .....	383
2.4.1. Introdução .....	383
2.4.2. Requisitos da reconvenção .....	384
2.4.3. Ações dúplices.....	388
2.4.4. Procedimento .....	388
2.5. "Exceções rituais" (impedimento e suspeição) .....	390
2.5.1. Introdução .....	390

2.5.2. Acepções gerais .....	391
<b>3. DA REVELIA E DA FASE ORDINATÓRIA .....</b>	<b>396</b>
3.1. Da revelia .....	396
3.1.1. Introdução .....	396
3.1.2. Efeitos .....	396
3.1.3. Questões processuais pertinentes .....	398
3.2. Da fase ordinatória .....	399
3.2.1. Introdução .....	399
3.2.2. Providências preliminares .....	400
3.2.3. Julgamento conforme o estado do processo .....	400
3.2.4. Saneamento do processo .....	404
<b>4. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO .....</b>	<b>407</b>
<b>5. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....</b>	<b>411</b>
5.1. Introdução .....	411
5.2. Características .....	411
5.3. Atos preparatórios .....	412
5.4. Fases da audiência .....	412
5.5. Adiamento da audiência .....	415
<b>6. PROVAS .....</b>	<b>417</b>
6.1. Teoria geral das provas .....	417
6.1.1. Introdução .....	417
6.1.2. Natureza da prova .....	418
6.1.3. Direito (constitucional) à prova .....	419
6.1.4. Especificamente sobre as provas ilícitas e as provas obtidas por meio ilícito .....	420
6.1.5. Princípios regentes das provas .....	421
6.1.5.1. Identidade física .....	421
6.1.5.2. Imediatidade .....	422
6.1.5.3. Princípio da aquisição da prova (ou da comunhão da prova) .....	422
6.1.6. O juiz na instrução do processo (ativismo judicial) .....	424

6.1.7. Objeto de prova .....	426
6.1.7.1. Fatos que independem de prova (CPC/2015, art. 374).....	427
6.1.7.2. Prova de direito .....	429
6.1.7.3. A prova de fatos negativos.....	429
6.1.8. Ônus da prova .....	430
6.1.8.1. Conceito.....	430
6.1.8.2. Inversão do ônus da prova .....	432
6.1.8.2.1. Momento de inversão do ônus da prova .....	432
6.1.8.3. A prova suficiente e o limite do ônus probatório.....	433
6.1.8.4. Ônus probatório e regra de aquisição da prova.....	433
6.1.8.5. Sobre o ônus dinâmico da prova .....	434
6.1.9. Fontes e meios de prova.....	434
6.1.10. Momento em que a prova deve ser apresentada.....	435
6.1.11. Sistemas de apreciação de provas.....	435
6.1.11.1. Introdução.....	435
6.1.11.2. Sistema da prova legal (prova tarifada).....	435
6.1.11.3. Sistema da livre convicção.....	436
6.1.11.4. Sistema da persuasão racional .....	436
6.1.12. Presunções e indícios .....	437
6.1.12.1. Introdução .....	437
6.1.12.2. Presunções absolutas ( <i>iure et de iure</i> ) e relativas ( <i>iuris tantum</i> ) .....	438
6.1.12.3. Presunção e prova .....	441
6.1.13. Provas atípicas .....	441
6.2. Provas em espécie .....	443
6.2.1. Da produção antecipada de provas (CPC/2015, arts. 381 a 383).....	443
6.2.1.1. Introdução .....	443
6.2.1.2. Competência.....	444
6.2.1.3. Procedimento .....	444
6.2.2. Da ata notarial (CPC/2015, art. 384) .....	445
6.2.3. Depoimento da parte (CPC/2015, arts. 385 a 388).....	446
6.2.3.1. Introdução .....	446
6.2.3.2. Quem pode prestar.....	446
6.2.3.3. Consequências.....	446
6.2.3.4. Modalidades.....	447
6.2.3.5. Forma de produção.....	447

6.2.3.6. Recusa.....	448
6.2.4. Confissão (CPC/2015, arts. 389 a 395).....	448
6.2.4.1. Introdução .....	448
6.2.4.2. Classificação .....	449
6.2.4.3. Pontos importantes.....	449
6.2.4.4. Limitações à confissão.....	450
6.2.5. Exibição de documento ou coisa (CPC/2015, arts. 396 a 404) .....	450
6.2.5.1. Introdução .....	450
6.2.5.2. Acepções gerais .....	451
6.2.5.3. Exibição pela parte .....	453
6.2.5.4. Exibição por terceiros.....	454
6.2.6. Prova documental (CPC/2015, arts. 405 a 441) .....	455
6.2.6.1. Introdução .....	455
6.2.6.2. Força probante dos documentos.....	455
6.2.6.2.1. Documento público .....	455
6.2.6.2.2. Documento particular .....	456
6.2.6.3. Arguição de falsidade documental .....	459
6.2.6.4. Produção da prova documental .....	460
6.2.7. Prova testemunhal (CPC/2015, arts. 442 a 463).....	461
6.2.7.1. Introdução .....	461
6.2.7.2. Cabimento .....	462
6.2.7.3. Sujeitos que podem testemunhar.....	463
6.2.7.4. Prerrogativas das testemunhas. Deveres das testemunhas.....	464
6.2.7.5. Local .....	465
6.2.7.6. Produção da prova testemunhal.....	466
6.2.7.6.1. Atos preparatórios.....	466
6.2.7.6.2. Dinâmica na audiência.....	468
6.2.8. Prova pericial (CPC/2015, arts. 464 a 480).....	469
6.2.8.1. Definição .....	469
6.2.8.2. Perícia e máximas de experiência .....	469
6.2.8.3. Espécies de perícia .....	470
6.2.8.4. Perito e assistente técnico .....	471
6.2.8.5. Perícia complexa.....	472
6.2.8.6. Escusa e substituição do perito .....	472
6.2.8.7. Assistente técnico.....	473

6.2.8.8. Procedimento .....	473
6.2.8.9. Prova técnica simplificada.....	475
6.2.8.10. Valoração.....	475
6.2.9. Inspeção judicial (CPC/2015, arts. 481 a 484) .....	476
6.2.9.1. Definição .....	476
6.2.9.2. Objeto .....	476
6.2.9.3. Processamento.....	477
<b>7. SENTENÇA .....</b>	<b>479</b>
7.1. Conceito.....	479
7.2. Classificação (sentenças com e sem resolução de mérito) .....	482
7.2.1. Sentenças terminativas .....	483
7.2.2. Sentenças definitivas.....	484
7.3. Elementos integrantes da sentença .....	485
7.3.1. Relatório .....	485
7.3.2. Fundamentação.....	486
7.3.3. Dispositivo .....	490
7.3.4. Demais elementos da sentença.....	491
7.4. Publicação da sentença e o “princípio da invariabilidade” .....	492
7.5. Classificação das sentenças de procedência .....	493
7.5.1. Tutela declaratória.....	494
7.5.2. Tutela constitutiva .....	495
7.5.3. Tutela condenatória.....	496
7.5.4. Tutela mandamental.....	496
7.5.5. Tutela executiva.....	499
7.5.6. Como harmonizar os conceitos de tutela condenatória, executiva e mandamental?.....	500
7.6. Capítulos da sentença .....	503
7.6.1. Introdução .....	503
7.6.2. Aplicabilidade.....	504
7.6.3. Classificação .....	505
7.6.3.1. Quanto à uniformidade do objeto de cognição.....	505
7.6.3.2. Quanto à hierarquia.....	505
7.6.3.3. Quanto à autonomia .....	506

7.6.4. A teoria dos capítulos das decisões na liquidação de sentença: a questão à luz da redação dos arts. 63 e 387, IV, do CPP .....	506
7.7. Princípio da congruência .....	510
7.7.1. Congruência externa .....	511
7.7.1.1. Sentença <i>extra petita</i> .....	511
7.7.1.2. Sentença <i>ultra petita</i> .....	512
7.7.1.3. Sentença <i>infra petita (citra petita)</i> .....	513
7.7.2. Congruência interna.....	514
7.7.2.1. Certeza.....	514
7.7.2.2. Liquidez.....	515
7.7.2.3. Clareza .....	515
7.8. Fatos supervenientes (CPC/2015, art. 493).....	515
7.8.1. Introdução .....	515
7.8.2. Sistematização .....	516
7.9. Efeitos da sentença (principais, anexos e reflexos) .....	517
7.9.1. Introdução e efeito principal.....	517
7.9.2. Efeito anexo .....	518
7.9.2.1. Hipoteca judiciária .....	518
7.9.3. Efeitos reflexos .....	520
7.10. Sentenças determinativas (dispositivas) .....	520
7.11. Sentenças objetivamente complexas e subjetivamente complexas.....	521
<b>8. COISA JULGADA</b> .....	522
8.1. Introdução .....	522
8.2. Um debate doutrinário sobre a coisa julgada no direito moderno.....	523
8.2.1. A coisa julgada como presunção absoluta de verdade .....	523
8.2.2. A coisa julgada como ficção de verdade (teoria da representação) .....	525
8.2.3. A coisa julgada como certeza judicial .....	526
8.2.4. A coisa julgada como eficácia da sentença .....	527
8.2.4.1. Revisitando os conceitos de eficácia, efeito e conteúdo.....	527
8.2.4.2. A coisa julgada como eficácia da sentença .....	531
8.2.4.3. Especificamente sobre as teorias material e processual da coisa julgada – As funções criadora e declaratória.....	535
8.2.5. A coisa julgada como atividade estatal – A separação entre autoridade e eficácia – As teorias de Chiovenda e Carnelutti .....	539

8.2.6. A coisa julgada como qualidade dos efeitos da sentença – A doutrina de Liebman .....	542
8.2.7. A coisa julgada como qualidade da força da sentença – A doutrina de Barbosa Moreira .....	547
8.2.8. Um desdobramento da teoria da eficácia da sentença – A doutrina de Ovídio Araújo Baptista da Silva .....	550
8.2.9. O direito positivo brasileiro e nossa posição .....	554
8.3. Coisa julgada formal e material .....	557
8.4. Função positiva e negativa da coisa julgada.....	558
8.4.1. Introdução .....	558
8.4.2. Função negativa .....	559
8.4.3. Função positiva .....	561
8.5. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada à luz do sistema vigente ..	562
8.5.1. Limites subjetivos.....	562
8.5.2. Limites objetivos .....	564
8.5.2.1. Introdução .....	564
8.5.2.2. Teoria restritiva.....	565
8.5.2.3. Teoria ampliativa.....	568
8.5.2.4. A tese restritiva e a (extinta) ação declaratória incidental.....	571
8.5.2.5. Nossa posição.....	573
8.5.2.6. O que é uma questão prejudicial? .....	575
8.5.2.7. Código de Processo Civil atual .....	578
8.5.2.8. Os motivos.....	581
8.5.2.9. A verdade dos fatos como fundamento da sentença.....	583
8.6. Produção da coisa julgada .....	585
8.7. Sobre a desconsideração da coisa julgada material.....	585
8.7.1. Revisão atípica da coisa julgada .....	585
8.8. Aspectos temporais da coisa julgada.....	590
8.9. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	591
<b>PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....</b>	<b>595</b>
<b>PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....</b>	<b>595</b>
<b>INTRODUÇÃO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....</b>	<b>595</b>

<b>1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO</b> .....	598
1.1. Introdução .....	598
1.2. Modalidades.....	599
1.2.1. Extrajudicial .....	599
1.2.2. Judicial .....	602
1.2.2.1. Inicial.....	603
1.2.2.2. Defesa.....	604
1.2.2.3. Sentença .....	605
<b>2. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS</b> .....	606
2.1. Introdução .....	606
2.2. Legitimidade.....	607
2.3. Petição inicial .....	607
2.4. Competência .....	607
2.5. Procedimento .....	607
<b>3. AÇÕES POSSESSÓRIAS</b> .....	609
3.1. Introdução .....	609
3.2. Legitimidade.....	609
3.3. Petição inicial e competência.....	610
3.4. Procedimento .....	610
3.5. Fungibilidade.....	612
3.6. Da manutenção e da reintegração de posse.....	612
3.7. Do interdito proibitório .....	614
<b>4. AÇÃO DE DIVISÃO E DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES</b> .....	615
4.1. Introdução .....	615
4.2. Da demarcação.....	617
4.2.1. Petição inicial .....	617
4.2.2. Legitimidade.....	617
4.2.3. Competência .....	619
4.2.4. Procedimento .....	619
4.3. Da divisão .....	620
4.3.1. Petição inicial .....	620
4.3.2. Legitimidade .....	620

4.3.3. Competência .....	621
4.3.4. Procedimento .....	621
<b>5. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE .....</b>	<b>623</b>
5.1. Introdução .....	623
5.2. Petição inicial .....	624
5.3. Legitimidade.....	624
5.4. Procedimento .....	624
<b>6. INVENTÁRIO E PARTILHA.....</b>	<b>626</b>
6.1. Introdução .....	626
6.2. Inventário .....	627
6.2.1. Inventário negativo .....	628
6.2.2. Obrigatoriedade do inventário .....	628
6.2.3. Procedimento do inventário.....	628
6.2.4. Competência .....	629
6.2.5. Prazo para abertura .....	629
6.2.6. Abertura do inventário .....	630
6.2.7. Administrador provisório .....	630
6.2.8. Inventariante .....	631
6.2.9. Procedimento do inventário.....	633
6.2.9.1. Petição inicial .....	633
6.2.9.2. Primeiras declarações.....	633
6.2.9.3. Citações .....	634
6.2.9.4. Impugnações .....	634
6.2.9.5. Avaliações.....	635
6.2.9.6. Últimas declarações.....	636
6.2.9.7. Colações.....	636
6.2.10. Do pagamento das dívidas .....	636
6.3. Partilha .....	637
6.3.1. Modalidades.....	637
6.3.1.1. Partilha amigável.....	637
6.3.1.2. Partilha judicial.....	638
6.3.2. Procedimento da partilha .....	638

<b>7. EMBARGOS DE TERCEIRO</b> .....	641
7.1. Introdução .....	641
7.2. Diferença com outras medidas .....	642
7.3. Hipóteses de cabimento .....	642
7.4. Legitimidade .....	643
7.4.1. Legitimidade ativa .....	643
7.4.2. Legitimidade passiva .....	644
7.5. Petição inicial .....	644
7.6. Competência .....	645
7.7. Procedimento .....	645
<b>8. OPOSIÇÃO</b> .....	646
8.1. Introdução .....	646
8.2. Legitimidade .....	648
8.3. Petição inicial .....	648
8.4. Competência .....	648
8.5. Procedimento .....	648
<b>9. HABILITAÇÃO</b> .....	650
9.1. Introdução .....	650
9.2. Legitimidade .....	650
9.3. Petição inicial .....	650
9.4. Competência .....	651
9.5. Procedimento .....	651
<b>10. AÇÕES DE FAMÍLIA</b> .....	652
10.1. Introdução .....	652
10.2. Legitimidade .....	653
10.3. Petição inicial .....	653
10.4. Competência .....	653
10.5. Procedimento .....	654
<b>11. AÇÃO MONITÓRIA</b> .....	656
11.1. Introdução .....	656

11.2. Legitimidade .....	657
11.3. Petição inicial.....	657
11.4. Competência.....	658
11.5. Procedimento .....	658
<b>12. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL .....</b>	<b>660</b>
12.1. Introdução .....	660
12.2. Legitimidade.....	661
12.3. Petição inicial .....	661
12.4. Competência.....	661
12.5. Procedimento .....	661
12.5.1. Procedimento extrajudicial.....	661
12.5.2. Procedimento judicial.....	662
<b>13. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA .....</b>	<b>663</b>
13.1. Introdução .....	663
13.2. Legitimidade.....	663
13.3. Petição inicial .....	663
13.4. Competência.....	664
13.5. Procedimento .....	664
<b>14. RESTAURAÇÃO DE AUTOS .....</b>	<b>665</b>
14.1. Introdução .....	665
14.2. Legitimidade.....	665
14.3. Competência.....	665
14.4. Petição inicial .....	665
14.5. Procedimento .....	666
<b>PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....</b>	<b>667</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>667</b>
<b>1. DAS NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES .....</b>	<b>670</b>

<b>2. DAS ALIENAÇÕES JUDICIAIS</b> .....	672
<b>3. DO DIVÓRCIO E DA EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CONSENSUAIS E DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO</b> .....	673
<b>4. DOS TESTAMENTOS E CODICILOS</b> .....	676
<b>5. DA HERANÇA JACENTE</b> .....	679
<b>6. DOS BENS DOS AUSENTES</b> .....	681
<b>7. DAS COISAS VAGAS</b> .....	684
<b>8. DOS INTERDITOS E SUA CURATELA</b> .....	686
<b>9. DAS DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA</b> .....	691
<b>10. DA ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES</b> .....	694
10.1. Constituição das fundações .....	694
10.2. Extinção das fundações .....	695
<b>11. DA RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO</b> .....	696
<b>PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARTE GERAL</b> .....	699
<b>1. TEORIA GERAL DA TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA</b> .....	699
1.1. Introdução .....	699
1.2. A execução no Código de Processo Civil – Classificação .....	701
1.2.1. Quanto à origem do título .....	701
1.2.1.1. Vasos comunicantes .....	702
1.2.2. Quanto à autonomia .....	703
1.2.3. Quanto à natureza da obrigação apresentada em juízo .....	704
1.2.4. Quanto à estabilidade do título .....	704
1.2.5. Quanto à forma de efetivação .....	705
1.3. Princípios da execução .....	707

1.3.1. Princípio da autonomia da execução.....	707
1.3.2. Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i> .....	709
1.3.3. Princípio da patrimonialidade.....	712
1.3.4. Princípio da disponibilidade da execução (desfecho único) .....	713
1.3.5. Princípio da máxima efetividade da execução e da menor onerosidade .	716
1.3.6. Princípio da tipicidade da execução .....	717
1.3.7. Princípio da lealdade processual.....	723
1.3.8. Princípio da responsabilidade objetiva do exequente .....	725
<b>2. LEGITIMIDADE NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>727</b>
2.1. Introdução .....	727
2.2. Legitimidade ativa (CPC/2015, art. 778) .....	728
2.2.1. O credor a quem a lei confere título executivo.....	728
2.2.2. O Ministério Público.....	729
2.2.3. Herdeiros e sucessores .....	729
2.2.4. Cessão de crédito .....	730
2.2.5. Sub-rogação .....	730
2.3. Legitimidade passiva (CPC/2015, art. 779) .....	730
2.3.1. Do devedor .....	730
2.3.2. Espólio, herdeiros e sucessores.....	731
2.3.3. O novo devedor .....	731
2.3.4. Fiador do débito em título extrajudicial.....	731
2.3.5. O responsável ou titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	731
2.3.6. Responsável tributário .....	731
<b>3. COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>732</b>
3.1. Execução de título executivo judicial.....	732
3.1.1. Execução nos tribunais.....	732
3.1.2. Execução em primeiro grau .....	733
3.1.3. Competência para a execução de sentenças processadas fora do juízo cível.....	734
3.2. Execução de título executivo extrajudicial (CPC/2015, art. 781) .....	735

<b>4. TÍTULO EXECUTIVO</b> .....	736
4.1. Introdução .....	736
4.2. Natureza jurídica .....	739
4.3. Elementos (requisitos) do título .....	741
4.3.1. Requisitos formais (tipicidade).....	741
4.3.2. Requisitos substanciais .....	742
4.4. Classificação .....	743
4.5. Execução com base em mais de um título .....	743
4.6. Título estrangeiro .....	743
4.7. Títulos judiciais (CPC/2015, art. 515) .....	744
4.8. Títulos executivos extrajudiciais (CPC/2015, art. 784) .....	752
<b>5. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA</b> .....	756
5.1. Introdução .....	756
5.2. Natureza jurídica .....	758
5.3. Liquidação de título executivo extrajudicial.....	759
5.4. A liquidação no Código de Processo Civil (modalidades).....	759
5.4.1. Introdução .....	759
5.4.2. Fase de liquidação .....	760
5.4.3. Processo de liquidação .....	760
5.4.4. Liquidação incidental .....	761
5.5. Espécies de liquidação .....	761
5.5.1. Liquidação por cálculos (liquidação extrajudicial).....	761
5.5.1.1. Definição .....	761
5.5.2. Liquidação por arbitramento (CPC/2015, arts. 509, I, e 510). .....	763
5.5.2.1. Definição .....	763
5.5.2.2. Procedimento .....	763
5.5.3. Liquidação pelo procedimento comum (CPC/2015, arts. 509, II, e 511)..	764
5.5.3.1. Definição .....	764
5.5.3.2. Procedimento .....	765
5.6. Decisão que julga liquidação de sentença.....	765
5.7. Questões processuais pertinentes .....	765
5.7.1. Legitimidade.....	765

5.7.2. Competência .....	766
5.7.3. Liquidação provisória .....	766
5.7.4. Princípio da fidelidade do título (CPC/2015, art. 509, § 4º).....	768
5.7.5. Liquidação com dano zero.....	768
5.7.6. Liquidação de sentença e capítulos da decisão.....	769
<b>6. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....</b>	<b>770</b>
6.1. Introdução .....	770
6.2. Obrigação e responsabilidade .....	771
6.3. Interpretação do art. 789 do CPC/2015 .....	772
6.4. Hipóteses especiais de responsabilidade (primária e secundária) – CPC/2015, art. 790.....	772
6.4.1. Bens do devedor a título singular.....	773
6.4.2. Bens do sócio.....	774
6.4.3. Bens do devedor ainda que em poder de terceiros.....	776
6.4.4. Bens do cônjuge .....	776
6.4.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução.....	777
6.4.6. Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão de reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.....	777
6.4.7. Bens do responsável nos casos de desconsideração da personalidade jurídica .....	777
6.5. Fraude contra credores e fraude à execução.....	778
6.5.1. Introdução .....	778
6.5.2. Fraude contra credores.....	778
6.5.3. Fraude à execução .....	779
6.5.3.1. Conceito.....	779
6.5.3.2. Hipóteses de incidência .....	783
6.5.3.2.1. Pender sobre os bens ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público (se houver)..	783
6.5.3.2.2. Quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 do CPC/2015 .....	783
6.5.3.2.3. Quando tiver sido averbada, no registro do bem, hipoteca judi-	

ciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo em que foi arguida a fraude.....	784
6.5.3.2.4. Quando, ao tempo da alienação/onerção, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.....	785
6.5.3.2.3. Demais casos em lei .....	785
6.6. Impenhorabilidades .....	786
6.6.1. Impenhorabilidades no CPC/2015 .....	786
6.6.2. Impenhorabilidade do bem de família (Lei n. 8.009/90).....	790
6.6.2.1. Definição e extensão .....	790
6.6.2.2. Hipóteses de exclusão legal.....	791
<b>EXECUÇÃO EM ESPÉCIE .....</b>	<b>793</b>
<b>1. TÍTULO JUDICIAL .....</b>	<b>793</b>
1.1. Cumprimento provisório da sentença.....	793
1.1.1. Introdução .....	793
1.1.2. Cumprimento provisório com base em título judicial (CPC/2015, art. 520)	794
1.1.3. Procedimento .....	794
1.2. Cumprimento definitivo de sentença (execução de título executivo judicial) – pagamento de quantia certa.....	800
1.2.1. Introdução .....	800
1.2.2. Procedimento .....	801
1.2.3. Protesto da sentença .....	807
1.3. Tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa certa ou incerta com base em título executivo judicial (CPC/2015, arts. 497-501 e 536-538).....	809
1.3.1. Obrigações de fazer e não fazer (CPC/2015, arts. 497 e 536).....	809
1.3.1.1. Introdução – A tutela específica no Brasil.....	809
1.3.1.2. Tutela específica ou o resultado prático equivalente .....	809
1.3.1.3. Tutela antecipada (CPC/2015, arts. 294 e seguintes). .....	811
1.3.1.4. Mecanismos de efetivação da tutela específica (princípio da atipicidade dos atos executivos) – CPC/2015, arts. 536, §§ 1º e 2º, e 537 .....	811
1.3.1.4.1. Prisão civil e prisão penal como medidas de efetivação da tutela específica .....	812
1.3.1.5. Multa.....	814

1.3.1.5.1. Introdução .....	814
1.3.1.5.2. Multa coercitiva e multa sancionatória .....	815
1.3.1.5.3. Características .....	815
1.3.1.5.4. Legitimidade .....	819
1.3.1.5.5. A multa e a improcedência da demanda .....	820
1.3.1.5.6. Fazenda Pública e a incidência da multa .....	821
1.3.1.6. Perdas e danos .....	822
1.3.1.7. Defesa do executado .....	824
1.3.1.8. Tutela específica: inibitória e remoção de ilícito .....	825
1.3.1.8.1. Tutela inibitória .....	825
1.3.1.8.2. Tutela de remoção do ilícito .....	828
1.3.2. Entrega de coisa certa ou incerta (CPC/2015, arts. 498 e 538) .....	830
1.3.2.1. Introdução .....	830
1.3.2.2. Questões processuais .....	830
1.3.2.3. Procedimento .....	832
1.3.2.4. Conversão em perdas e danos .....	833
1.3.2.5. Retenção por benfeitorias .....	834
<b>2. TÍTULO EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>835</b>
2.1. Pagamento de quantia certa contra devedor solvente (título executivo extrajudicial) .....	835
2.1.1. Introdução .....	835
2.1.2. Fase inicial (proposição) .....	837
2.1.3. Fase da penhora .....	844
2.1.3.1. Introdução .....	844
2.1.3.2. Efeitos da penhora .....	845
2.1.3.2.1. Efeitos objetivos .....	845
2.1.3.2.2. Efeitos subjetivos .....	846
2.1.3.3. Ordem da penhora .....	847
2.1.3.4. Modificações na penhora .....	849
2.1.3.5. Efeitos espaciais da penhora .....	851
2.1.3.6. Penhoras especiais .....	852
2.1.3.6.1. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira <i>on-line</i> ..	852
2.1.3.6.2. Penhora de créditos .....	854

2.1.3.6.3. Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	855
2.1.3.6.4. Penhora sobre empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes (CPC/2015, arts. 862-865).....	856
2.1.3.6.5. Penhora de percentual de faturamento da empresa .....	856
2.1.3.7. Procedimento .....	856
2.1.4. Parcelamento judicial e avaliação .....	858
2.1.4.1. Parcelamento judicial .....	858
2.1.4.1.1. Introdução .....	858
2.1.4.1.2. Questões processuais pertinentes .....	858
2.1.4.1.3. Descumprimento (CPC/2015, art. 916, § 5º).....	860
2.1.4.2. Avaliação (CPC/2015, arts. 870-875).....	861
2.1.5. Fase da expropriação .....	862
2.1.5.1. Introdução .....	862
2.1.5.2. Adjudicação .....	862
2.1.5.2.1. Introdução .....	862
2.1.5.2.2. Legitimidade .....	864
2.1.5.2.3. Formalização da adjudicação .....	865
2.1.5.3. Alienação por iniciativa particular .....	866
2.1.5.3.1. Introdução .....	866
2.1.5.3.2. Legitimidade, prazo e preço .....	867
2.1.5.3.3. Procedimento.....	868
2.1.5.3.4. Especificamente sobre o corretor.....	868
2.1.5.4. Alienação em leilão judicial (arrematação).....	869
2.1.5.4.1. Introdução .....	869
2.1.5.4.2. Edital.....	870
2.1.5.5. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	877
2.1.5.5.1. Introdução .....	877
2.1.5.5.2. Natureza jurídica .....	877
2.1.5.5.3. Pressupostos .....	878
2.1.5.5.4. Procedimento.....	878
2.1.6. Satisfação do crédito .....	879
2.2. Execução de obrigação de fazer e não fazer com base em título executivo extrajudicial (CPC/2015, arts. 814-823) .....	880
2.2.1. Introdução .....	880

2.2.2. Execução das obrigações de fazer.....	880
2.2.3. Execução das obrigações de não fazer.....	883
2.3. Execução de entrega de coisa certa e incerta com base em título executivo extrajudicial (CPC/2015, arts. 806-813).....	883
2.3.1. Execução de entrega de coisa certa.....	883
2.3.2. Execução de entrega de coisa incerta.....	885
<b>3. DEFESAS DO EXECUTADO</b> .....	<b>887</b>
3.1. Embargos à execução.....	888
3.1.1. Introdução.....	888
3.1.2. Natureza jurídica.....	888
3.1.3. Matérias argúveis.....	890
3.1.3.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	890
3.1.3.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	891
3.1.3.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	892
3.1.3.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa.....	893
3.1.3.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	894
3.1.3.6. Qualquer matéria que lhe seja lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.....	894
3.1.4. Procedimento.....	894
3.2. Impugnação (CPC/2015, art. 525).....	898
3.2.1. Definição e natureza jurídica.....	898
3.2.2. Matérias (fundamentos).....	899
3.2.2.1. Falta ou nulidade de citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.....	899
3.2.2.2. Ilegitimidade das partes.....	900
3.2.2.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	900
3.2.2.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	900
3.2.2.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	901
3.2.2.6. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	901
3.2.2.7. Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição desde que superveniente à sentença.....	901
3.2.3. Garantia do juízo.....	902

3.2.4. Prazo .....	902
3.2.5. Efeito suspensivo .....	902
3.2.6. Sobre a coisa julgada inconstitucional (especificamente o art. 525, §§ 12 a 15, do CPC/2015).....	903
3.2.6.1. Introdução .....	903
3.2.6.2. Modulação dos efeitos .....	905
3.2.6.3. Alcance temporal .....	906
3.3. Exceção executiva – “exceção de pré-executividade” .....	907
3.3.1. Introdução .....	907
3.3.2. Cabimento e nomenclatura .....	909
3.3.3. Procedimento .....	910
<b>4. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO</b> .....	913
4.1. Suspensão .....	913
4.1.1. Hipóteses de suspensão .....	913
4.1.2. Prática de atos durante o período de suspensão .....	916
4.2. Extinção da execução .....	916
<b>PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS ....</b>	917
<b>1. PRECEDENTES JUDICIAIS</b> .....	917
1.1. Histórico .....	917
1.2. Introdução ao estudo dos precedentes no direito atual .....	920
1.3. Definição e classificação .....	921
1.3.1. Definição .....	921
1.3.2. Classificação .....	925
1.3.2.1. Quanto à forma de aplicação .....	925
1.3.2.2. Quanto à origem do precedente .....	925
1.3.2.3. Quanto à obrigatoriedade .....	926
1.4. Importância dos precedentes .....	926
1.5. Aplicação .....	929
1.6. Dinâmica do precedente (técnicas de superação) .....	932
1.7. Aplicação dos precedentes no CPC/2015 .....	933
1.7.1. Uma sistematização dos precedentes no CPC/2015.....	933

1.7.2. Dinâmica do precedente: superação ( <i>overruling</i> ).....	937
<b>2. O MICROSSISTEMA DA COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTOS REPETITIVOS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO .....</b>	<b>939</b>
2.1. Introdução .....	939
2.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	942
2.2.1. Cabimento e requisitos.....	943
2.2.2. Legitimidade.....	945
2.2.3. Competência .....	947
2.2.4. Não cabimento.....	947
2.2.5. Procedimento .....	948
2.3. Julgamento de recursos especial e extraordinário repetitivos.....	953
2.3.1. Introdução .....	953
2.3.2. Cabimento .....	953
2.3.3. Procedimento .....	954
<b>3. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....</b>	<b>960</b>
3.1. Cabimento .....	960
3.2. Procedimento .....	962
<b>4. AÇÃO RESCISÓRIA.....</b>	<b>963</b>
4.1. Introdução e natureza jurídica .....	963
4.2. <i>Iudicium rescidens e iudicium rescissorium</i> .....	968
4.3. Hipóteses de cabimento .....	970
4.3.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	970
4.3.2. Proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.	971
4.3.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou colusão ou simulação entre as partes a fim de fraudar a lei .....	971
4.3.4. Ofensa à coisa julgada .....	973
4.3.5. Violar manifestamente norma jurídica.....	975
4.3.6. Prova falsa .....	978
4.3.7. Prova nova .....	979
4.3.8. Erro de fato .....	980
4.4. Ação anulatória.....	981

4.4.1. Nomenclatura e sua diferença com ação rescisória .....	981
4.4.2. Cabimento .....	982
4.4.3. Procedimento .....	982
4.5. Legitimidade.....	983
4.5.1. Parte no processo ou sucessor.....	983
4.5.2. Terceiro juridicamente interessado.....	983
4.5.3. Ministério Público .....	984
4.5.4. Aquele que não foi ouvido no processo .....	985
4.6. Competência .....	985
4.6.1. Introdução .....	985
4.6.2. A competência na teoria dos capítulos das decisões .....	987
4.7. Prazo .....	991
4.8. Procedimento .....	993
<b>5. PRORROGAÇÃO DOS JULGAMENTOS NÃO UNÂNIMES PELO TRIBUNAL – A SOBREVIVÊNCIA DOS EMBARGOS INFRINGENTES COMO TÉCNICA DE JULGAMENTO .....</b>	<b>999</b>
5.1. Introdução .....	999
5.2. A transformação do recurso em técnica de julgamento .....	1000
5.3. Hipóteses de cabimento .....	1000
5.4. Procedimento .....	1001
5.5. Não cabimento.....	1002
<b>6. TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....</b>	<b>1003</b>
6.1. Conceito de recurso, natureza jurídica, remédios.....	1003
6.2. Classificação dos recursos .....	1008
6.2.1. Quanto à finalidade: recursos ordinários e extraordinários .....	1008
6.2.2. Quanto à cognição: recursos de fundamentação livre e vinculada.....	1010
6.2.3. Quanto à autonomia: recursos de interposição livre e subordinada (re- curso adesivo) .....	1011
6.3. Duplo grau de jurisdição .....	1014
6.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	1017
6.4.1. Admissibilidade (regramento geral) .....	1018
6.4.1.1. Regras gerais.....	1018

6.4.1.2. Juízo de admissibilidade em espécie .....	1023
6.4.1.2.1. Pressupostos objetivos .....	1023
6.4.1.2.2. Pressupostos subjetivos .....	1043
6.4.2. Mérito recursal .....	1051
6.4.2.1. Causa de pedir recursal. Vício de juízo e vício de atividade .....	1052
6.4.2.2. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> e vedação ao benefício comum.....	1053
6.5. Efeitos dos recursos.....	1054
6.5.1. Impedimento do trânsito em julgado.....	1054
6.5.2. Efeito devolutivo .....	1055
6.5.3. Suspensivo.....	1057
6.5.4. Regressivo ou retratação.....	1057
6.5.5. Efeito substitutivo.....	1057
6.6. Princípio da voluntariedade, consumação e complementaridade .....	1058
6.7. Remessa necessária .....	1059
6.7.1. Introdução .....	1059
6.7.2. Natureza jurídica .....	1060
6.7.3. Hipóteses de cabimento .....	1061
6.7.4. Exclusões legais .....	1062
6.7.5. Procedimento .....	1063
6.8. Honorários advocatícios .....	1063
<b>7. RECURSOS EM ESPÉCIE .....</b>	<b>1064</b>
7.1. Apelação .....	1064
7.1.1. Introdução .....	1064
7.1.2. Os efeitos da apelação .....	1065
7.1.2.1 Efeito devolutivo.....	1065
7.1.2.1.1. A ampliação da extensão do efeito devolutivo (efeito devolutivo diferido) .....	1067
7.1.2.2. Efeito translativo .....	1068
7.1.2.3. Efeito suspensivo.....	1077
7.1.2.3.1. Modulação dos efeitos da apelação.....	1078
7.1.2.3.2. Efeito suspensivo e os capítulos da sentença.....	1079
7.1.3. Processamento da apelação.....	1079

7.1.4. Retratação (o denominado efeito regressivo).....	1083
7.1.5. A proibição do <i>jus novorum</i> .....	1084
7.2. Agravo de instrumento.....	1085
7.2.1. Introdução e cabimento .....	1085
7.2.2. Procedimento .....	1089
7.2.2.1. Peças .....	1090
7.2.2.2. Sobre o específico requisito de admissibilidade do art. 1.018 do CPC/ 2015. ....	1091
7.2.2.3. Formas de interposição do agravo de instrumento .....	1093
7.2.2.4. Poderes do relator no agravo de instrumento .....	1093
7.2.2.4.1. Introdução .....	1093
7.2.2.4.2. Atividade do relator .....	1094
7.2.2.4.3. Posição do agravo quando da prolação de sentença.....	1096
7.3. Do agravo interno.....	1097
7.3.1. Notas introdutórias .....	1097
7.3.2. Natureza .....	1098
7.3.3. Agravo regimental? .....	1098
7.3.4. Procedimento .....	1099
7.4. Embargos de declaração .....	1100
7.4.1. Introdução .....	1100
7.4.2. Cabimento .....	1101
7.4.3. Processamento.....	1104
7.4.3.1. Os embargos serão endereçados ao próprio prolator da decisão no prazo de cinco dias .....	1104
7.4.3.2. Não há preparo nem contraditório.....	1106
7.4.3.2.1. Especificamente sobre o efeito modificativo dos embargos (efeito infringente).....	1106
7.4.3.3. O julgamento será realizado em cinco dias.....	1107
7.4.4. Questões processuais.....	1107
7.4.4.1. Efeitos .....	1107
7.4.4.2. Embargos de declaração de embargos de declaração.....	1110
7.4.4.3. <i>Reformatio in pejus</i> .....	1111
7.4.4.4. Princípio da complementaridade .....	1111
7.4.4.5. Multa.....	1112

7.4.4.6. Fungibilidade .....	1113
7.5. Recurso ordinário constitucional .....	1114
7.5.1. Introdução .....	1114
7.5.2. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal .....	1115
7.5.3. Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça .....	1116
7.5.3.1. Mandado de segurança .....	1116
7.5.3.2. Causas internacionais .....	1117
7.5.4. Processamento .....	1117
7.6. Recursos especial e extraordinário .....	1119
7.6.1. Definição .....	1119
7.6.2. Histórico .....	1120
7.6.3. Funções dos recursos de estrito direito .....	1120
7.6.3.1. Defesa da norma jurídica .....	1121
7.6.3.2. Uniformização da jurisprudência .....	1121
7.6.3.3. Função paradigmática .....	1122
7.6.4. Hipóteses de cabimento dos recursos extraordinário e especial .....	1122
7.6.4.1. Recurso especial (art. 105, III, CF) .....	1123
7.6.4.2. Recurso extraordinário (art. 102, III, CF) .....	1125
7.6.5. Características .....	1127
7.6.5.1. Prévio exaurimento das instâncias ordinárias .....	1127
7.6.5.1.1. Não servem para revisão da matéria de fato .....	1129
7.6.5.1.2. Repercussão geral no recurso extraordinário .....	1132
7.6.5.1.2.1. Introdução .....	1132
7.6.5.1.2.1.1. A função do STF sob a ótica interna .....	1132
7.6.5.1.2.1.2. Análise externa do STF .....	1133
7.6.5.1.2.2. Repercussão geral <i>versus</i> arguição de relevância .....	1134
7.6.5.1.2.3. Localizando a repercussão geral no sistema normativo .....	1135
7.6.5.1.2.4. Natureza jurídica .....	1136
7.6.5.1.2.5. Cabimento .....	1136
7.6.5.1.2.6. Presunção de repercussão .....	1137
7.6.5.1.2.7. Dimensão subjetiva da repercussão geral .....	1137
7.6.5.1.2.8. Procedimento .....	1138
7.6.5.1.3. Prequestionamento .....	1139
7.6.5.1.3.1. Introdução .....	1139

7.6.5.1.3.2. Definição .....	1140
7.6.5.1.3.3. Prequestionamento implícito e explícito.....	1141
7.6.5.1.3.4. Prequestionamento e as matérias de ordem pública (a profundidade do efeito devolutivo na instância especial).....	1143
7.6.5.1.3.5. Os embargos de declaração e a teoria do prequestionamento ficto.....	1144
7.6.6. Processamento.....	1146
7.7. Embargos de divergência .....	1150
7.7.1. Introdução .....	1150
7.7.2. Distinção com outras figuras.....	1151
7.7.3. Cabimento .....	1151
7.7.4. Procedimento .....	1154
<b>8. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>1155</b>
8.1. Introdução .....	1155
8.2. Distribuição .....	1155
8.3. Atividade do relator .....	1157
8.4. Fase de julgamento.....	1162
8.5. Conflito de competência .....	1164
<b>9. RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>1166</b>
9.1. Introdução .....	1166
9.2. Previsão legal.....	1167
9.3. Natureza jurídica .....	1167
9.4. Cabimento .....	1169
9.5. Não cabimento de reclamação .....	1175
9.6. Legitimidade.....	1176
9.7. Competência .....	1177
9.8. Medidas concorrentes .....	1178
9.9. Procedimento .....	1179
<b>ANEXO I – INCIDENTE DE CONVERSÃO DE AÇÃO INDIVIDUAL EM COLETIVA (VETADO) .....</b>	<b>1181</b>
1. Introdução .....	1181
2. Pressupostos.....	1183

3. Procedimento .....	1184
4. Vedações legais.....	1185
<b>ANEXO II - PARACER N. 1.035/2015, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SENADO FEDERAL, SOBRE O PLC N. 168/2015 .....</b>	<b>1187</b>
<i>Referências</i> .....	1205